



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 07

**Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)**

**Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina**

**AULA 07: DIREITO CONSTITUCIONAL**

| SUMÁRIO                             | PÁGINA  |
|-------------------------------------|---------|
| 1- Sistema Constitucional de Crises | 1 - 15  |
| 2- Forças Armadas                   | 15 - 18 |
| 3- Segurança Pública                | 18 - 33 |
| 4- Lista de Questões e Gabarito     | 34 - 41 |

**Defesa do Estado e das Instituições Democráticas****1- Sistema Constitucional de Crises: os estados de exceção****1.1- Introdução:**

O regime democrático tem como uma de suas características o **equilíbrio de poder** entre os diferentes grupos sociais. Não pode um grupo social sobrepujar os outros, sob pena de se chegar ao extremo de uma situação de **crise constitucional**. É claro, os grupos sociais estão em plena competição por poder; todavia, essa competição deverá sempre ocorrer segundo os parâmetros constitucionais.<sup>1</sup>

Para fazer frente às situações de anormalidade institucional, a CF/88 prevê a existência de um **sistema constitucional de crises**. Trata-se de um conjunto de normas constitucionais destinadas a **regular as situações de crise grave** (calamidade pública, guerra, golpe de estado, dentre outras) a fim de restabelecer a normalidade constitucional.

Para o Prof. José Afonso da Silva, o sistema constitucional de crises consiste em "*normas que visam a estabilização e a defesa da Constituição contra **processos violentos de mudança ou de perturbação** da ordem constitucional, mas também a **defesa do Estado** quando a situação crítica derive de uma guerra externa*".<sup>2</sup>

A CF/ 88 teve especial preocupação em regular o sistema constitucional de crises porque ela **não tem "vocação suicida"**.<sup>3</sup> Podemos afirmar isso porque, ao longo da história, as situações de crise grave sempre serviram de pretexto para a ruptura da ordem constitucional, levando, muitas vezes, à instalação de ditaduras. Dessa maneira, é importante que, mesmo em situações de excepcionalidade, exista uma **resposta jurídico-institucional** dada pela Constituição, que manterá, assim, a sua força normativa. Em outras palavras,

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 35ª edição. Ed. Malheiros, São Paulo, 2012, pp. 762-763.

<sup>2</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 35ª edição. Ed. Malheiros, São Paulo, 2012, pp. 762-763.

<sup>3</sup> Por ocasião das manifestações de junho de 2013, o Min. Carlos Ayres Brito comentou que a CF/88 não tem vocação suicida, fazendo referência ao fato de que não há previsão no texto constitucional sobre a possibilidade de convocação de uma nova Assembleia Constituinte.

a própria Constituição prevê uma maneira de contornar a crise e garantir a sua sobrevivência.

O sistema constitucional de crises, conforme regulado pela CF/88, prevê a existência de 2 (dois) regimes jurídicos distintos: **i) o estado de defesa** e; **ii) o estado de sítio**. São verdadeiros “estados de exceção”, nos quais a **legalidade normal é substituída pela legalidade extraordinária** (excepcional).

No estado de defesa e no estado de sítio, há uma série de **medidas excepcionais** tomadas pelo Estado, que incluem suspensão de direitos e garantias fundamentais. Tendo em vista a excepcionalidade desses “estados de exceção”, eles se submetem aos seguintes **princípios**:

- a) Princípio da necessidade:** O estado de defesa e o estado de sítio são situações excepcionais, somente podendo ocorrer em último caso, na falta de soluções menos gravosas para debelar a crise.
- b) Princípio da temporariedade:** O estado de defesa e o estado de sítio devem ser temporários e devem ter a menor duração possível, na medida do necessário para se restabelecer a normalidade.
- c) Princípio da proporcionalidade:** As medidas adotadas na vigência do estado de defesa e do estado de sítio devem ser proporcionais à gravidade da crise.
- d) Princípio do controle político e judicial:** O estado de defesa e o estado de sítio estão submetidos tanto ao controle do Congresso Nacional quanto ao do Poder Judiciário.

## 1.2- Estado de Defesa:

A decretação do estado de defesa visa **preservar ou prontamente restabelecer**, em locais restritos e determinados, a **ordem pública ou a paz social** ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza (art. 136, *caput*).

Assim, são **pressupostos** para a decretação do estado de defesa:

- a)** ocorrência de **grave e iminente instabilidade institucional** que ameace a ordem pública ou a paz social **ou**;
- b)** ocorrência de **calamidades de grandes proporções na natureza** que ameace a ordem pública ou a paz social;

O estado de defesa pode ser classificado, quanto ao momento, em preventivo ou repressivo. Será **preventivo** quando busca evitar a crise; por outro lado,

será **repressivo** quando tem como objetivo colocar fim a uma crise já deflagrada.

Em qualquer caso, porém, trata-se de medida excepcional **decretada pelo Presidente da República após ouvidos** o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Cabe destacar que esses órgãos têm apenas função consultiva, ou seja, suas manifestações **não vinculam** o Presidente da República. Assim, mesmo que os pareceres do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional sejam pela não decretação do estado de defesa, o Presidente poderá fazê-lo.

As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, apesar de não serem vinculantes, são **obrigatórias** e devem ocorrer **previamente à decretação** do estado de defesa. Nesse sentido, o texto constitucional afirma que o Presidente tem a competência para a decretação do estado de defesa após ouvidos esses dois órgãos consultivos. A decretação do estado de defesa é **ato discricionário** do Presidente da República, que o faz mediante decreto executivo.


O decreto que instituir o estado de defesa terá que observar algumas **formalidades**, quais sejam:

- a) determinará o **tempo de sua duração**. O tempo de duração do estado de defesa **não será superior a 30 dias**, podendo ser **prorrogado uma vez**, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação. Cabe destacar que não há a possibilidade de uma segunda prorrogação do estado de defesa; caso a situação de crise não seja resolvida dentro do prazo do estado de defesa (30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias), a medida adequada será a decretação do estado de sítio.
- b) especificará as **áreas a serem abrangidas**. O estado de defesa é espacialmente limitado, devendo abranger **locais restritos e determinados**.
- c) indicará as **medidas coercitivas** a vigorarem, dentre as seguintes:
  - **restrições aos direitos** de: **i)** reunião, ainda que exercida no seio das associações; **ii)** sigilo de correspondência e; **iii)** sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;
  - **ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos**, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Uma vez decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o **Presidente da República**, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, **submeterá o ato com a respectiva justificção ao Congresso Nacional**, que decidirá por maioria absoluta. O Congresso Nacional **apreciará o decreto dentro de 10 (dez)**

**dias** contados do seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

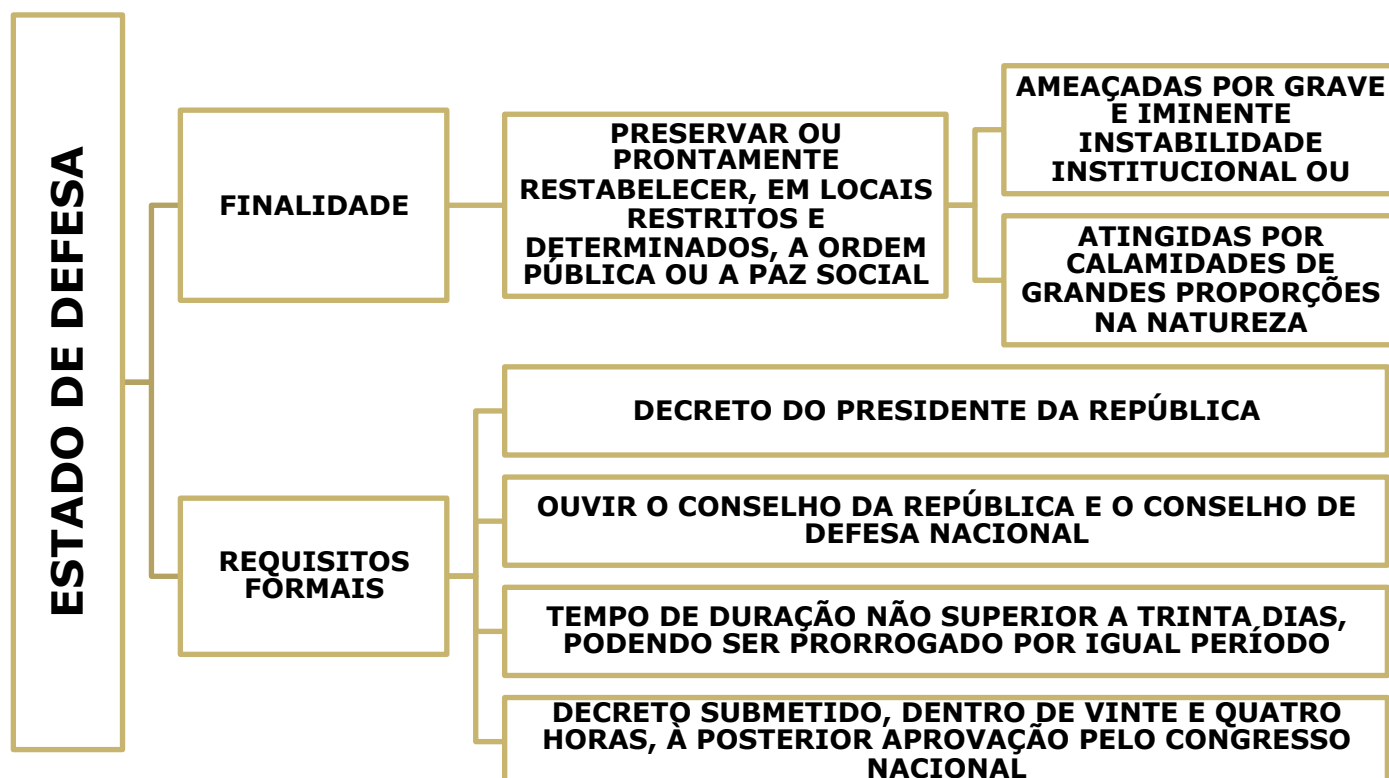
A manifestação do Congresso Nacional ocorre **após a decretação do estado de defesa** pelo Presidente da República; trata-se, portanto, de ato de **aprovação**. Caso o Congresso Nacional rejeite o decreto, cessará imediatamente o estado de defesa.

|   |   |
|---|---|
|  | <p>O estado de sítio é uma medida <b>mais gravosa</b> que o estado de defesa, o que <b>influencia na forma pela qual o Congresso Nacional participa</b> da decretação de cada um desses "estados de exceção".</p> <p><b>a)</b> O Congresso Nacional deve <b>aprovar</b> o estado de defesa (manifestação posterior à decretação).</p> <p><b>b)</b> O Congresso Nacional deve <b>autorizar</b> o estado de sítio (manifestação anterior à decretação).</p> <p>Por óbvio, a medida mais gravosa deverá exigir maiores formalidades, isto é, deve ser de decretação mais difícil. Por isso é que se exige prévia autorização do Congresso Nacional para a decretação do estado de sítio.</p> |
|---|---|

Na vigência do estado de defesa, a **prisão por crime contra o Estado** pode ser determinada pelo **executor da medida**; em outras palavras, em caso de crime contra o Estado durante o estado de defesa, a prisão não precisa ser determinada por autoridade judicial.

De qualquer forma, o executor da medida deverá **comunicar imediatamente ao juiz competente**, que relaxará a prisão se esta não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial. A comunicação à autoridade judicial será acompanhada de **declaração do estado físico e mental** do detido no momento de sua autuação. A ordem de prisão ou detenção de qualquer pessoa **não poderá ser superior a 10 (dez) dias**, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

Embora o estado de defesa implique na adoção de uma série de medidas coercitivas, a CF/88 **veda a incomunicabilidade do preso**.



### 1.3- Estado de Sítio:

O estado de sítio é **medida mais gravosa** do que o estado de defesa, sendo decretado nos seguintes casos:

- a) **comoção grave de repercussão nacional** ou ocorrência de fatos que comprovem a **ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa**. A doutrina chama essa situação de "estado de sítio simples".
- b) declaração de **estado de guerra** ou resposta a agressão armada estrangeira. Esse é o chamado "estado de sítio qualificado".

A competência para decretação do estado de sítio é do **Presidente da República**. Para isso, ele deverá **ouvir previamente** o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional e **solicitar autorização** ao Congresso Nacional.

As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são obrigatórias, mas possuem **caráter meramente opinativo**, não vinculando o Presidente da República. A decretação do estado de sítio é **ato discricionário** do Presidente.

O Congresso Nacional, por sua vez, deverá **autorizar** o estado de sítio, ou seja, sua manifestação é anterior à decretação do estado de sítio. Caso o

Congresso Nacional **não autorize a decretação** do estado de sítio, o Presidente da República **não poderá fazê-lo**.

O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os **motivos determinantes do pedido**, devendo o Congresso Nacional decidir por **maioria absoluta**. A autorização do Congresso é necessária tanto para a decretação do estado de sítio quanto para sua prorrogação.

Caso seja solicitada autorização para decretar o estado de sítio **durante o recesso parlamentar**, o Presidente do Senado Federal, de imediato, **convocará extraordinariamente o Congresso Nacional** para se reunir dentro de 5 (cinco) dias, a fim de apreciar o ato. O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

O decreto do estado de sítio deverá observar certas **formalidades**:

**a)** indicar a **duração** do estado de sítio.

- O "**estado de sítio simples**" (art. 137, I – *comoção de grave repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa*) **não poderá ser decretado por mais de 30 dias**, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior a 30 dias. Observe que, nesse caso, são admitidas **prorrogações sucessivas**; todavia, cada uma delas deverá ter no máximo 30 dias.

- O "**estado de sítio qualificado**" (art. 137, II - *declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira*), por sua vez, poderá ser decretado por **todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira**.

**b)** **normas necessárias à execução** do estado de sítio;

**c)** **garantias constitucionais que ficarão suspensas**.

Após publicado o decreto do estado de sítio, o Presidente da República **designará o executor** das medidas específicas e as áreas abrangidas.

Na vigência do **estado de sítio decretado em razão do art. 137, I** ("*comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa*"), **poderão ser adotadas** as seguintes **medidas coercitivas** contra as pessoas:

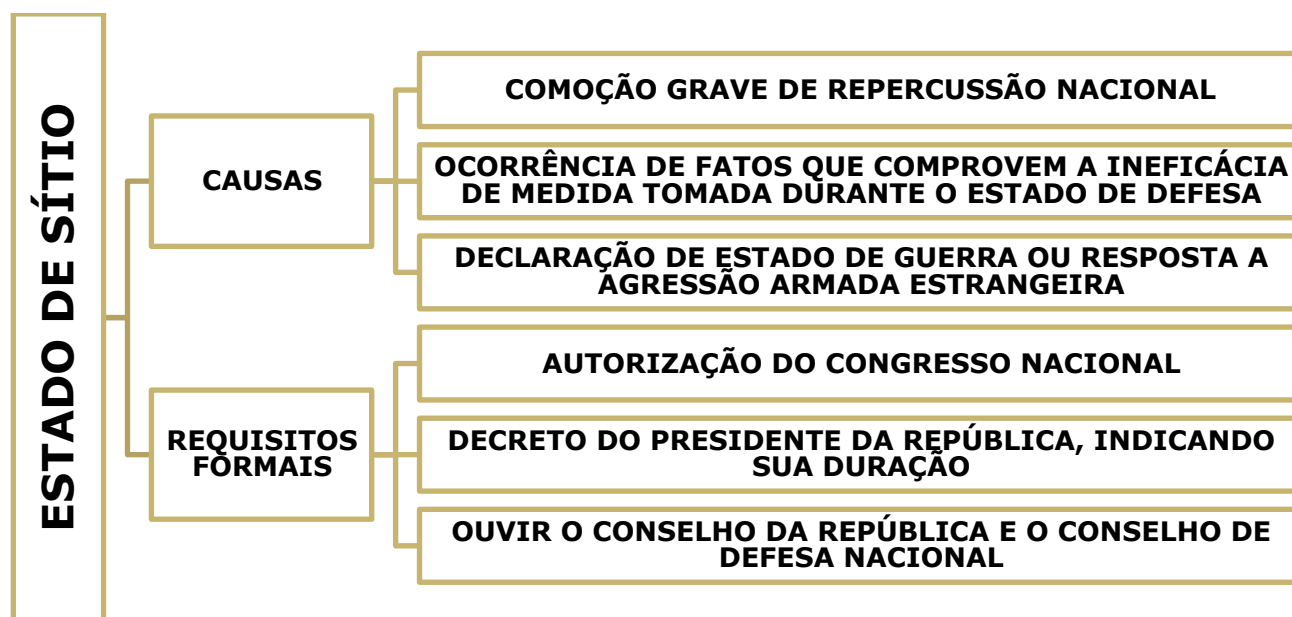
- obrigação de permanência em localidade determinada;
- detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;



- restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei. Atenção! **Não se inclui** nessa restrição a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa
- suspensão da liberdade de reunião;
- busca e apreensão em domicílio;
- intervenção nas empresas de serviços públicos;
- requisição de bens.

Por outro lado, a **CF/88 é omissa quanto às medidas coercitivas** que poderão ser adotadas no caso de estado de sítio decretado em razão da declaração de **estado de guerra** ou resposta a **agressão armada** estrangeira. Entende a doutrina que, em tese, **qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa**, desde que: **i)** observe os princípios da necessidade e da temporariedade; **ii)** exista autorização do Congresso Nacional e; **iii)** o decreto do estado de sítio tenha indicado as garantias constitucionais a serem suspensas.<sup>4</sup>

Segundo o art. 53, § 8º, CF/88, as **imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio**, só podendo ser **suspensas mediante o voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa respectiva**, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.



<sup>4</sup> LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 15ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011. pp. 831.



#### 1.4- Disposições Comuns ao Estado de Defesa e Estado de Sítio:

Há várias **disposições em comum** acerca do estado de defesa e do estado de sítio.

A primeira delas está relacionada à característica da **excepcionalidade** desses dois regimes jurídicos. Em virtude de o estado de defesa e o estado de sítio serem medidas excepcionais, a **Constituição Federal não poderá ser emendada** na vigência de qualquer um deles.

A segunda disposição em comum entre o estado de defesa e o estado de sítio é que ambos estão sujeitos ao **controle político** (efetuado pelo Congresso Nacional) e ao **controle judicial**.<sup>5</sup>

No estado de defesa, o **controle político** ocorrerá da seguinte forma:

- a) Controle político imediato:** Segundo o art. 136, § 4º, CF/88, após decretado o estado de defesa, o Presidente da República, dentro de 24 (vinte e quatro horas), submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- b) Controle político concomitante:** Segundo o art. 140, CF/88, a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de 5 (cinco) de seus membros para **acompanhar e fiscalizar a execução das medidas** referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- c) Controle político sucessivo ( "a posteriori"):** Segundo o art. 141, parágrafo único, CF/88, logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão **relatadas pelo Presidente da República**, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

Por sua vez, no estado de sítio, o **controle político** ocorrerá da seguinte maneira:

- a) Controle político prévio:** O Presidente da República deverá solicitar ao Congresso Nacional **autorização para decretar o estado de sítio**, relatando os motivos determinantes do pedido (art. 137, parágrafo único). O Congresso decidirá por maioria absoluta.
- b) Controle político concomitante:** Assim como no caso do estado de defesa, a execução das medidas referentes ao estado de sítio será acompanhada e fiscalizada por Comissão composta de 5 membros designados pela Mesa do Congresso Nacional (art. 140, CF/88).

---

<sup>5</sup> LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 15ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011. pp. 828-836

**c) Controle político sucessivo (“a posteriori”):** O Presidente deverá, assim como estado de defesa, relatar ao Congresso Nacional as medidas aplicadas na vigência do estado de sítio (art. 141, parágrafo único, CF/88).

O estado de sítio e o estado de defesa também estão sujeitos ao **controle judicial**. Na sua atuação, o Poder Judiciário **não poderá analisar a conveniência e a oportunidade** da decretação do estado de defesa e do estado de sítio. Todavia, poderá efetuar **amplo controle de legalidade**, verificando se todos os requisitos previstos para a decretação dos “estados de exceção” foram observados. Se o Presidente da República, por exemplo, decretar estado de sítio sem a prévia aprovação do Congresso Nacional, o Poder Judiciário poderá invalidar o decreto que estabeleceu a medida.

Cabe destacar, ainda, que o art. 141, caput, estabelece que “*cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes*”.



**1. (CESPE / TJDFT – 2014) Em caso de calamidade de grandes proporções na natureza, pode o presidente da República decretar, em local restrito e determinado, o estado de sítio.**

**Comentários:**

É hipótese de decretação de estado de defesa a ocorrência de calamidade de grandes proporções na natureza. Questão incorreta.

**2. (CESPE / TJDFT – 2014) A decretação do estado de defesa pelo presidente da República deve ser precedida de autorização do Congresso Nacional.**

**Comentários:**

A decretação do estado de defesa não precisa de autorização do Congresso Nacional. O Presidente decreta o estado de defesa e, depois disso, o submete à aprovação do Congresso. Questão incorreta.

**3. (CESPE / TJDFT – 2014) A impossibilidade de a CF sofrer alterações durante o estado de defesa configura uma limitação material ao poder constituinte reformador.**

**Comentários:**

De fato, a CF não poderá ser emendada na vigência do estado de defesa. No entanto, trata-se de **limitação circunstancial** (e não limitação material!) ao poder de reforma. Questão incorreta.

**4. (CESPE / PM-CE – 2014) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa, cujo tempo de duração não será superior a trinta dias podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**

**Comentários:**

Segundo o art. 136, § 2º, CF/88, o tempo de duração do estado de defesa **não será superior a trinta dias**, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação. Questão correta.

**5. (CESPE / PM-CE – 2014) Na eventualidade de decretação de estado de defesa ou de estado de sítio, competirá à mesa do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, designar comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas pertinentes.**

**Comentários:**

Não é a Mesa do Senado Federal que designa comissão para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa ou de estado de sítio. É a **Mesa do Congresso Nacional** que detém tal competência. Questão incorreta.

**6. (ESAF / ATRFB – 2012) O Estado de Sítio e o Estado de Defesa são institutos previstos no Texto Constitucional de 1988 e adotados em situações extremas. Sobre eles é, correto afirmar que:**

- a) cabe ao governador do Estado, com a autorização da Assembleia Legislativa, decretar o Estado de Sítio no âmbito do Estado respectivo.
- b) as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- c) a decretação de estado de defesa e o pedido de autorização para a decretação de estado de sítio são hipóteses previstas na Constituição Federal para a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente do Senado Federal.
- d) na vigência de Estado de Sítio, é suspenso qualquer procedimento em processo de cassação de Deputado ou Senador.
- e) o Estado de Defesa e o Estado de Sítio somente podem ser decretados após

deliberação por maioria absoluta do Congresso Nacional.

### **Comentários:**

Letra A: errada. O Presidente da República é que possui competência para decretar o estado de sítio e o estado de defesa. O Governador do Estado não poderá fazê-lo.

Letra B: errada. As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o **voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa respectiva**, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida

Letra C: correta. De fato, esses dois casos são hipóteses de convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente da República.

Letra D: errada. Não há tal previsão na CF/88.

Letra E: errada. O estado de defesa é decretado **antes de qualquer deliberação do Congresso Nacional**. Após decretado, ele é submetido à aprovação do Congresso.

**7. (FCC / TRT 20ª Região - 2011) No caso de comoção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio mediante prévia oitiva do:**

- a) Procurador-Geral da República.
- b) Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Defesa.
- c) Conselho Nacional de Justiça e do Congresso Nacional.
- d) Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- e) Senado Federal.

### **Comentários:**

Nesses casos, deverá haver oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional (art. 137, "caput", CF). A letra D é o gabarito.

**8. (IADES / PGE-DF - 2011) Os regimes de estado de defesa e de sítio são estatuídos por Decreto do Presidente da República, do que, vinculadamente, deve observar a manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.**

### **Comentários:**

A manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional não vincula o Presidente da República. Questão incorreta.

**9. (IADES / PGE-DF - 2011) Observados os procedimentos constitucionais, é possível a decretação do estado de sítio com a suspensão de qualquer garantia constitucional.**

**Comentários:**

De fato, qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa durante o estado de sítio, desde que indicada no decreto que o determinar (art. 138, CF). Questão correta.

**10. (IADES / PGE-DF - 2011) A duração da decretação do estado de sítio deve ser, no máximo, de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, após a aprovação do Congresso Nacional, por até igual período.**

**Comentários:**

O estado de sítio, no caso do art. 137, I, da CF/88, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior. No caso do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira. Questão incorreta.

**11. (FCC / TRT 11ª Região - 2012) Face a comoção grave de repercussão nacional, sendo decretado o estado de sítio, Alberto, brasileiro maior e capaz e domiciliado no Estado de Roraima, resolveu se mudar para o Estado do Rio Grande do Sul, porém ao chegar no aeroporto, Otávio, agente da Polícia Federal, legalmente e no exercício de atribuições do Poder Público, proibiu a sua locomoção para outro Estado, mantendo-o contra sua vontade no Estado de Roraima. Segundo a Constituição Federal, Alberto, na vigência do estado de sítio em regra, terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado de Roraima.**

**Comentários:**

Durante o estado de sítio, é possível a **determinação de que uma pessoa permaneça em determinada localidade**. Assim, Alberto terá que se sujeitar à ordem da autoridade. Questão correta.

**12. (FCC / PM-BA - 2009) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**

**Comentários:**

É o que dispõe a Constituição Federal. A duração do estado de defesa é de até 30 dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período. Questão correta.

**13. (FCC / TCE-MG - 2007) O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**

**Comentários:**

Novamente, o enunciado reproduz o texto constitucional. Questão correta.

**14. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso, havendo dispositivo constitucional expresso.**

**Comentários:**

A incomunicabilidade do preso é proibida, inclusive no estado de defesa e estado de sítio. Questão incorreta.

**15. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do estado de defesa, em regra, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a sessenta dias.**

**Comentários:**

Segundo a Constituição, na vigência do estado de defesa, **a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias**, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário. Assim, apenas com a autorização Poder Judiciário, poderá haver prisões por períodos superiores a dez dias. Questão incorreta.

**16. (FCC / TCE-MG - 2007) Na vigência do Estado de Defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.**

**Comentários:**

É exatamente o que determina a Constituição Federal. A detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 10 dias, salvo quando autorizado pelo Poder Judiciário. Questão correta.

**17. (FCC / PM-BA - 2009) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.**

**Comentários:**

Segundo a Constituição Federal, decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao **Congresso Nacional**, que decidirá por maioria absoluta. Questão incorreta.

**18. (FCC / TCE-MG - 2007) Decretado o Estado de Defesa, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.**

**Comentários:**

Questão idêntica à anterior. Não é ao Senado que o Presidente irá submeter o decreto que instituiu o estado de defesa. O Presidente irá submetê-lo ao **Congresso Nacional**, que decidirá por maioria absoluta. Questão incorreta.

**19. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do Estado de Defesa é vedada, em qualquer hipótese, restrição aos direitos de sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.**

**Comentários:**

Reza a Constituição que o decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

**I - restrições aos direitos de:**

- a) **reunião**, ainda que exercida no seio das associações;
- b) **sigilo de correspondência**;
- c) **sigilo de comunicação telegráfica e telefônica**;

**II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos**, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Questão incorreta.

**20. (FCC / TCE-MG - 2007) O sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica são direitos constitucionais que não podem sofrer restrições no Estado de Defesa.**

**Comentários:**

O sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica podem sofrer restrições no Estado de Defesa, por determinação constitucional. Questão incorreta.



**21. (FCC / TCE-MG - 2007) Com vistas a restaurar prontamente a normalidade em local restrito e determinado, atingido por calamidade de grande proporção na natureza, é decretado estado de defesa, pelo Presidente da República, com oitiva prévia, embora contra o parecer, dos Conselhos da República e de Defesa Nacional. Ao Congresso Nacional, o decreto respectivo somente é submetido nas vinte e quatro horas subsequentes à instauração do regime de exceção. Nessa hipótese, a decretação do estado de defesa é incompatível com a Constituição da República, que não admite a instauração de estado de defesa em decorrência de comprometimento da ordem pública por calamidade natural.**

### **Comentários:**

A Constituição admite, sim, a instauração de estado de defesa nessa hipótese. O estado de defesa será instituído para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por **grave e iminente instabilidade institucional** ou atingidas por **calamidades de grandes proporções na natureza**. Questão incorreta.

## **2- As Forças Armadas:**

Segundo o art. 142, CF/88, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são **instituições nacionais permanentes e regulares**, organizadas com base na **hierarquia e na disciplina**, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa da Pátria**, à **garantia dos poderes constitucionais** e, por iniciativa de qualquer destes, da **lei e da ordem**.

A missão central das Forças Armadas, como é possível se depreender a partir do conceito acima, é a **defesa da Pátria** e a **garantias dos poderes constitucionais**. Como **função subsidiária**, tem-se a atuação das Forças Armadas na **garantia da lei e da ordem**, dependendo, para isso, da iniciativa de um dos poderes constitucionais.

O comando supremo das Forças Armadas é do **Presidente da República** (art. 84, XIII). Cabe a ele decidir sobre o emprego das Forças Armadas, seja por iniciativa própria ou em atendimento a um pedido de qualquer dos poderes constitucionais.

De acordo com a Constituição (art. 142, § 1º), **lei complementar** estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. Para essa finalidade, foi publicada a LC nº 97/1999.

Os membros das Forças Armadas **são denominados militares**, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

**a)** As **patentes**, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e **asseguradas em plenitude aos oficiais** da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas.

**b)** O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, **ressalvada** a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será **transferido para a reserva**, nos termos da lei.

**Observação:** Esse dispositivo faz uma ressalva ao art. 37, XVI, "c", que trata da possibilidade de acumulação de 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde. Assim, um **militar do quadro de saúde** que tome posse em outro cargo público não será transferido para a reserva, podendo acumular os dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários. Essa é uma novidade da EC nº 77/2014.

**c)** O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, **emprego ou função pública civil temporária, não eletiva**, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará **agregado ao respectivo quadro** e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei.

**d)** Ao militar são **proibidas** a sindicalização e a greve.

**Observação:** Esse dispositivo é um dos que mais aparece em prova!

**e)** O militar, enquanto em serviço ativo, **não pode estar filiado a partidos políticos**.

**Observação:** Apesar de não poderem estar filiados a partidos políticos, os militares **podem se candidatar** a cargos eletivos. Se contar menos de 10 anos de serviço, o militar deverá se afastar da atividade; por outro lado, se contar mais de 10 anos, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

**f)** O oficial só perderá o posto e a patente **se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível**, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

**g)** O oficial condenado na justiça comum ou militar a **pena privativa de liberdade superior a dois anos**, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no item anterior.

**h)** Aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c".

**Observação:** O art. 7º trata dos **direitos sociais dos trabalhadores**. Os militares fazem jus a alguns desses direitos: 13º salário, salário-família, férias anuais, licença à gestante, licença-maternidade e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

É importante que você saiba, também, que o STF permite que as **praças prestadoras de serviço militar** (os famosos "soldados recrutas") **recebam remuneração inferior ao salário-mínimo**. Veja o que dispõe a Súmula Vinculante nº 06, que poderá ser cobrada em sua prova:

*"Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial".*

O art. 37, por sua vez, trata de **disposições aplicáveis aos servidores públicos**. Algumas delas também se aplicam aos militares.

- Teto remuneratório constante do art. 37, XI, da CF/88 (subsídio dos Ministros do STF),
- Vedação à vinculação ou equiparação de sua remuneração a outra (s) do serviço público (art. 37, XIII, CF),
- Vedação de cômputo ou acúmulo dos acréscimos pecuniários por eles percebidos para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- Irredutibilidade de seus vencimentos, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do art. 37 e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.
- Possibilidade de acumulação de 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde. Destaque-se que a CF/88 estabelece que, quando houver essa acumulação, deverá haver **prevalência da atividade militar**.

Determina a Carta Magna (art. 142, X) que **a lei disporá** sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a

remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

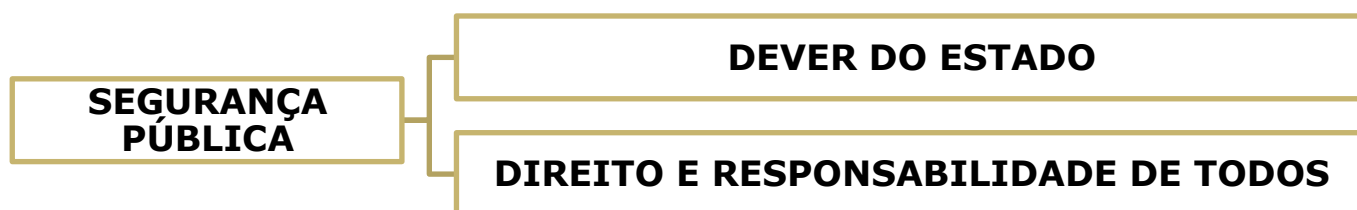
O **serviço militar é obrigatório** nos termos da lei. Entretanto, às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir **serviço alternativo** aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. As **mulheres e os eclesiásticos** ficam **isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz**, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Por fim, a Constituição, em razão da hierarquia e da disciplina próprias das Forças Armadas, determina que **não caberá "habeas-corpus" em relação a punições disciplinares militares** (art. 142, § 2º, CF). Entretanto, de acordo com o STF, **é possível discutir os pressupostos de legalidade** dessas punições<sup>6</sup>. O que não pode ser discutido por meio de "habeas corpus" é o mérito dessas punições.

### 3- Segurança Pública:

#### 3.1- Introdução:

A Constituição Federal trata da Segurança Pública no Capítulo III do seu Título V. Dispõe a Carta Magna que a segurança pública **é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**, sendo exercida com o objetivo de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, (art. 144, "caput", CF).



A polícia de segurança, segundo Pedro Lenza, divide-se em 2 (duas) grandes áreas: **polícia administrativa** e **polícia judiciária**. A polícia administrativa (preventiva ou ostensiva) **atua preventivamente**, evitando que o crime aconteça, na área do ilícito administrativo. Já a judiciária (polícia de investigação) **atua repressivamente**, depois de ocorrido o ilícito penal.

<sup>6</sup> RHC 88.543, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, j. 03.04.2007, DJ de 27.04.2007.



### 3.2- A Segurança Pública e o Princípio da Solidariedade Federativa

A Lei 11.473/2007 foi editada a partir da conversão da Medida Provisória nº 345/2007, com o objetivo de **proteger a população** contra os **efeitos danosos de interrupções nos serviços de segurança pública** pelos Estados e Distrito Federal, muitas vezes motivadas por greves. Nesse sentido, dispõe a lei que a **União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal** para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Essa cooperação federativa compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da **Força Nacional de Segurança Pública**. Celebrado o convênio, União, por intermédio do Ministério da Justiça, poderá colocar à disposição dos Estados e do Distrito Federal, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais, ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível, sem ônus.

Outro importante ato normativo que disciplina a **cooperação entre os entes federados em ações de segurança pública** é o Decreto nº 5.289/2004. Esse decreto disciplina as **regras gerais** de organização e funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do **programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública**, ao qual **poderão voluntariamente aderir os Estados interessados**, por meio de atos formais específicos.

A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser **empregada em qualquer parte do território nacional**, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado ou do Distrito Federal. Seu emprego será **episódico e planejado**, cabendo ao Ministro de Estado da Justiça determinar sua oportunidade.

O contingente mobilizável da Força Nacional de Segurança Pública será composto por servidores que tenham recebido, do Ministério da Justiça, treinamento especial para atuação conjunta, integrantes das polícias federais e

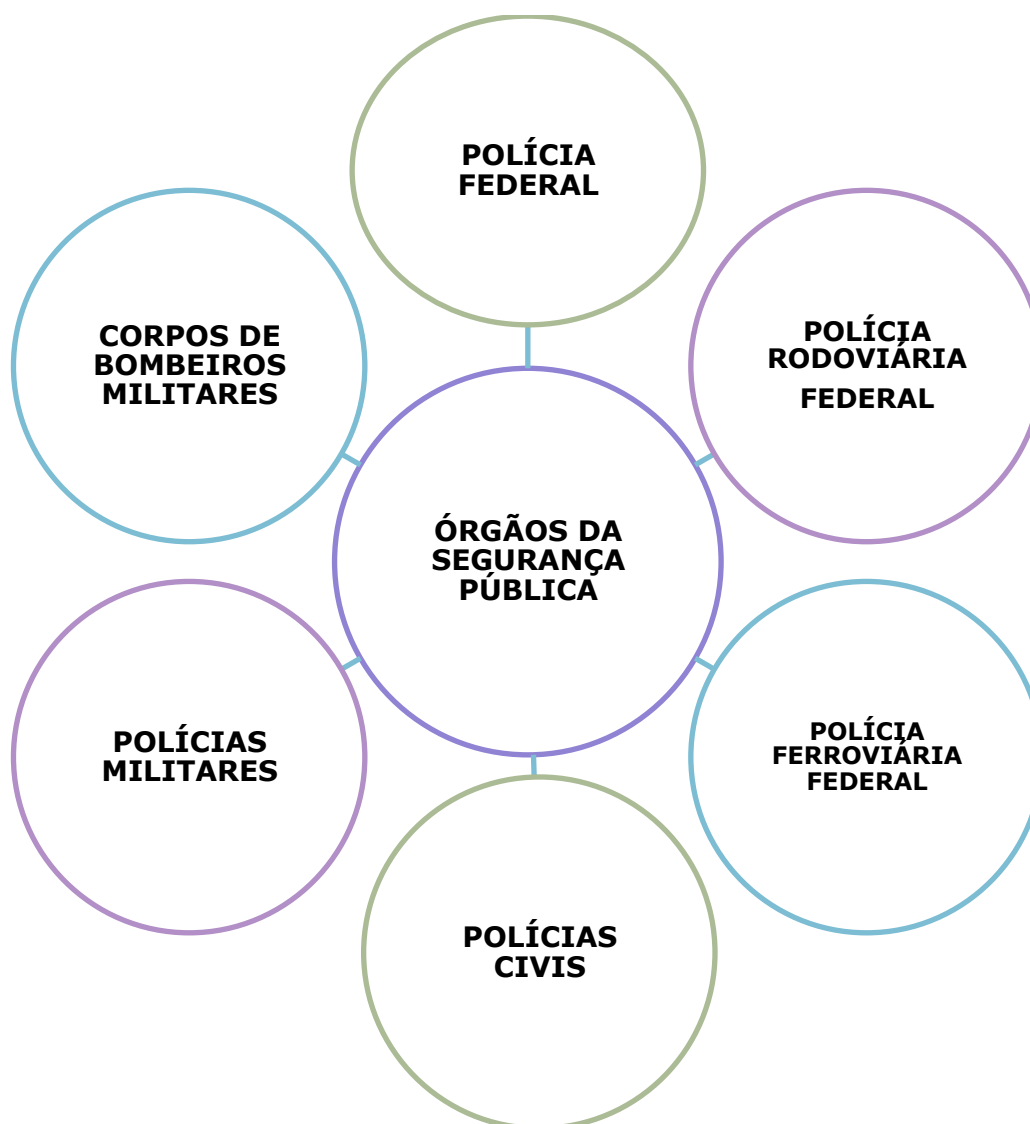
dos órgãos de segurança pública dos Estados que tenham aderido ao programa de cooperação federativa.

### 3.3 - Órgãos de Segurança Pública:

Segundo o art. 144, CF/88, a **segurança pública será exercida** pelos seguintes órgãos:

- a)** Polícia Federal;
- b)** Polícia Rodoviária Federal;
- c)** Polícia Ferroviária Federal;
- d)** Polícias Civis;
- e)** Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Esse **rol é taxativo** ("numerus clausus"). Estados, Distrito Federal e Municípios **não podem criar novos órgãos** encarregados da segurança pública. Destaque-se que as **Guardas Municipais não são responsáveis pela segurança pública**.



### 3.3.1 - Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal

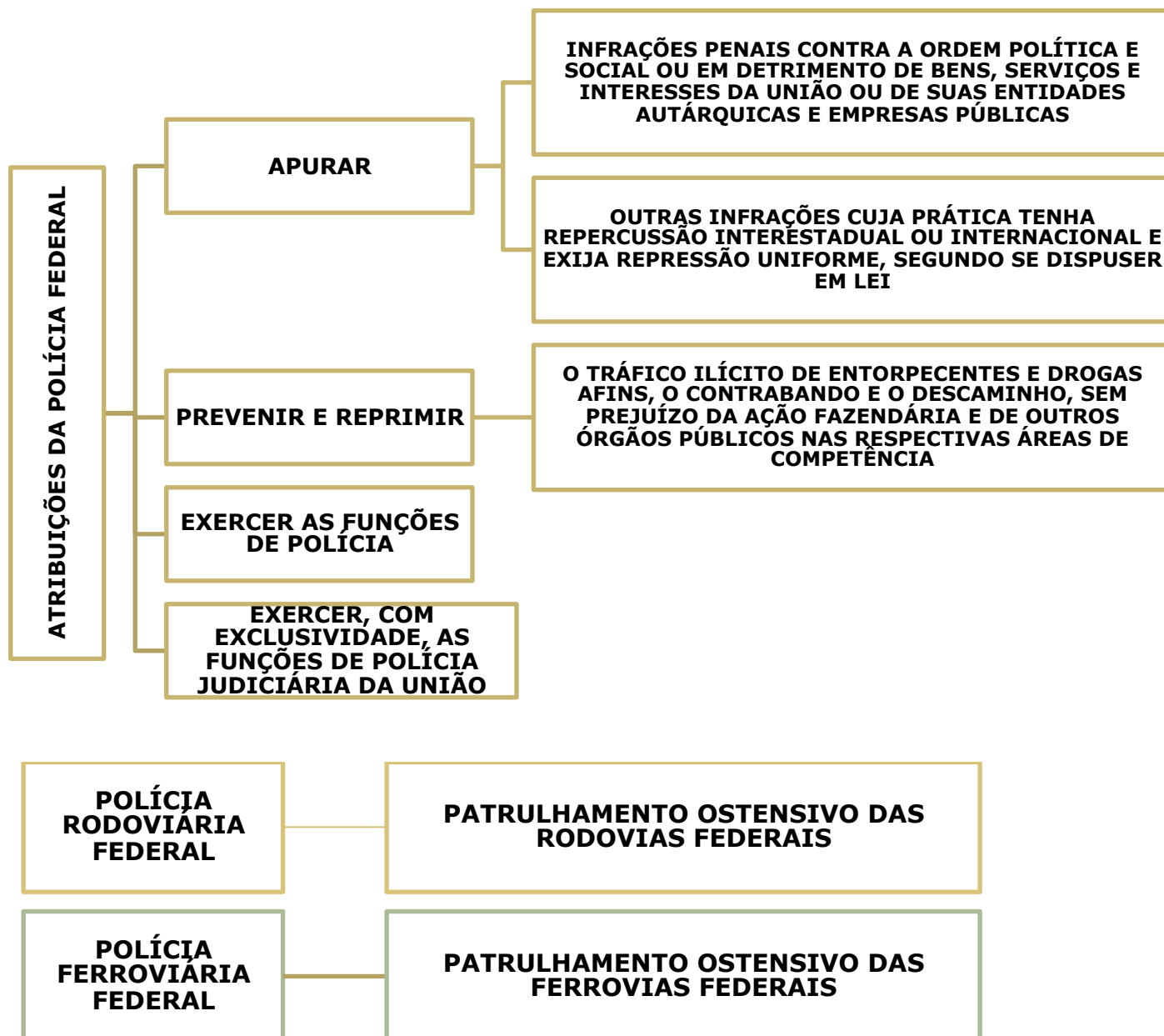
A Polícia Federal, **instituída por lei como órgão permanente**, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, **destina-se a**:

- a)** Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- b)** Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- c)** Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- d)** Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.



Preste atenção! A Polícia Federal tem competência para apurar infrações penais apenas **em detrimento de bens, serviços e interesses da União** ou de suas **entidades autárquicas e empresas públicas**. Isso **não se estende às sociedades de economia mista!**

Já a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal, órgãos permanentes, organizados e mantidos pela União e estruturados em carreira, destinam-se, na forma da lei, respectivamente, ao **patrulhamento ostensivo das rodovias e das ferrovias federais**.



### 3.3.2 - Polícias dos Estados:

A **segurança pública dos Estados** foi atribuída às **polícias civis, às polícias militares e ao corpo de bombeiros**, que formam, em conjunto, as polícias dos Estados. Essas polícias, embora mantidas e organizadas pelos Estados, deverão observar as **normas gerais federais** (da União) de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares, conforme o art. 22 da Carta Magna.

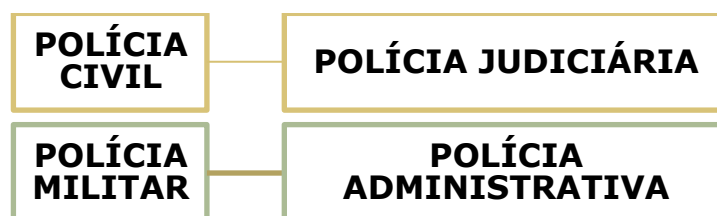
Às **polícias civis**, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de **polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares**. Essa exceção não se aplica aos crimes praticados por militares, desde que estranhos às suas atividades. Segundo o STF, compete à polícia civil a apuração de crimes comuns praticados por militares, ou seja, aqueles estranhos à atividade militar.

Já às **polícias militares** cabem a **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública** (polícia administrativa), enquanto aos **corpos de bombeiros militares**, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de **defesa civil**.

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, **forças auxiliares e reserva do Exército**, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Destaca-se que os **militares compreendem os integrantes das Forças Armadas** (Exército, Marinha e Aeronáutica) **e os integrantes das Forças Auxiliares e reserva do Exército** (polícias militares e corpos de bombeiros militares). As Forças Armadas são **nacionais**, organizadas em nível federal. Já as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são disciplinados em nível estadual, distrital ou dos Territórios.

Outro ponto de destaque é que, ainda que não seja polícia judiciária, entende o STF que a **polícia militar pode realizar flagrantes ou participar da busca e apreensão** determinada por ordem judicial<sup>7</sup>.



<sup>7</sup> HC 91481 MG, DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-02 PP-00340 RT v. 98, n. 879, 2009, p. 526-528 RF v. 104, n. 400, 2008, p. 491-493

### 3.3.3 - Polícias do Distrito Federal:

As polícias civil, militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal são **organizadas e mantidas diretamente pela União** (art. 21, XIV, CF), devendo **lei federal dispor sobre sua utilização pelo Governador do Distrito Federal** (art. 144, § 6º, CF).

Desse modo, os integrantes dessas polícias estão sujeitos a um regime jurídico híbrido, cabendo à **lei federal fixar seus vencimentos** (Súmula 647 do STF, 294.09.2003).

### 3.3.4 – Guardas Municipais:

Determina a Constituição (art. 144, § 8º) que os **Municípios poderão constituir guardas municipais** destinadas à **proteção de seus bens, serviços e instalações**, conforme dispuser a lei. Trata-se, segundo Uadi Lammego Bulos, de **polícia administrativa**, que visa à proteção do patrimônio contra a depredação dos demolidores da coisa alheia. Atualmente, portanto, as guardas municipais não possuem competência para realizar policiamento ostensivo.

Outro ponto importante é que, como as guardas municipais não estão arroladas nos incisos do art. 144, elas não fazem parte dos órgãos da segurança pública, uma vez que aquele se trata de rol taxativo.

### 3.5- Segurança Viária:

A Emenda Constitucional nº 82/2014 acrescentou ao art. 144, CF/88, o § 10, que trata da **segurança viária**. Vejamos o que prevê esse dispositivo:

**§ 10.** A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

**I** - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

**II** - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

Como você pôde perceber a partir da leitura do texto, a EC nº 82/2014 **cria a carreira de agentes de trânsito** no sistema de **segurança pública**. Em outras palavras, ela **torna constitucional a competência desses agentes**, estruturados em carreira, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É competência dos agentes de trânsito, bem como dos órgãos ou entidades executivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, **exercer a segurança viária**, que compreende “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas”.

O objetivo da EC nº 82/2014 é diminuir os acidentes e mortes no trânsito. No conceito de segurança viária estão a **educação e a engenharia**, ao lado da **fiscalização de trânsito**, demonstrando que a preocupação do legislador não é apenas com a punição dos infratores, mas também com a prevenção de acidentes.

Para as provas de concurso, é importante que você:

- a) Memorize o **objetivo da segurança viária**, exercida para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas”.
- b) Grave que, no conceito de segurança viária, estão a educação, a engenharia e a fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei. Busca-se, com isso, garantir ao cidadão o **direito à mobilidade urbana eficiente**.



**22. (CESPE / TJDFT – 2014) O município está constitucionalmente autorizado a criar guarda municipal para que exerça a função de polícia judiciária em assuntos de interesse local.**

**Comentários:**

As guardas municipais não exercem função de polícia judiciária, mas sim de **polícia administrativa**. Elas são destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do Município. Questão incorreta.

**23. (CESPE / TJDFT – 2014) O estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo às praças prestadoras de serviço militar inicial está em consonância com o texto constitucional.**

**Comentários:**

Nos termos da Súmula Vinculante nº 06, “*não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial*”. Questão correta.

**24. (CESPE / Polícia Federal – 2014) Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.**

**Comentários:**

A ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) é uma empresa pública e, portanto, é competência da Polícia Federal apurar crime cometido contra o patrimônio desta. É o que se depreende do art. 144, § 1º, CF, que dispõe que compete à Polícia Federal *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”*. Questão correta.

**25. (CESPE / Polícia Federal – 2014) A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.**

**Comentários:**

A Força Nacional de Segurança Pública não é órgão de segurança pública, mas sim um programa de cooperação federativa. Ela não está no rol de órgãos de segurança pública do art. 144. Questão incorreta.

**26. (CESPE / CBM – CE – 2014) A defesa das instituições democráticas é exercida por meio da segurança pública, da qual os corpos de bombeiros militares são órgãos integrantes.**

**Comentários:**

De fato, os Corpos de Bombeiros Militares integram os órgãos responsáveis pela segurança pública. Questão correta.

**27. (CESPE / SEGESP – AL – 2013) As polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabendo-lhes a incumbência de exercer genericamente as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais e militares, além de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.**

**Comentários:**

As polícias civis não têm competência para apurar as infrações militares. Além disso, a prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins é competência da Polícia Federal. Questão incorreta.

**28. (CESPE / MPE-SE - 2010) A segurança pública é dever da União e tem como objetivo fundamental a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.**

**Comentários:**

Reza a Carta Magna (art. 144, "caput") que a segurança pública é dever do **Estado**. Isso significa que é dever de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e não só da União. Questão incorreta.

**29. (IESES / TJ-MA - 2008) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais.**

**Comentários:**

As guardas municipais não fazem parte do rol do art. 144 da Constituição. Não são, portanto, órgãos responsáveis pela segurança pública. Questão incorreta.

**30. (CESPE / Polícia Civil-ES - 2009) Os estados devem seguir o modelo federal de organização da segurança pública, atendo-se aos órgãos que, segundo a CF, são incumbidos da preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio.**

**Comentários:**

De fato, o rol do art. 144 da Constituição é **taxativo**, não podendo os estados criar novos órgãos encarregados da segurança pública. Questão correta.

**31. (CESPE / MPE-AM - 2007) A Constituição estadual pode dar interpretação ampliativa ao conceito de segurança pública dado pela CF a fim de incluir, entre os órgãos encarregados dessa atividade, a chamada polícia penitenciária, a cargo da qual deve estar a vigilância dos estabelecimentos penais.**

**Comentários:**

Nada disso. O rol do art. 144 da Constituição é taxativo, não podendo ser ampliado pela Constituição estadual. Assim, não podem ser criados, pela Constituição Estadual, novos órgãos encarregados da segurança pública. Questão incorreta.

**32. (CESPE / Polícia Civil – RN - 2009) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, estaduais e municipais.**

**Comentários:**

Nada disso! A PRF destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo apenas das **rodovias federais**. Questão incorreta.

**33. (CESPE / Agente da Polícia Federal - 2009) A Polícia Federal tem competência constitucional para prevenir e reprimir, com exclusividade, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.**

**Comentários:**

Não se trata de competência exclusiva, mas sim exercida **sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos** nas respectivas áreas de competência (art. 144, § 1º, II, CF). Questão incorreta.

**34. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Caso seja praticado crime de estelionato contra instituição privada que integra o SUS, a instauração do inquérito policial é atribuição constitucionalmente prevista para a Polícia Federal.**

**Comentários:**

A Polícia Federal tem competência para apurar infrações penais apenas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. Isso **não se estende a instituições privadas**. Questão incorreta.

**35. (FGV/2010/ISAE) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.**

**Comentários:**

Essa é, de fato, uma competência constitucional da Polícia Federal, prevista no § 1º do art. 144 da Constituição. Questão correta.

**36. (Instituto Movens / Polícia Civil – PA - 2009) As polícias civis possuem atribuição concorrente para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais.**

**Comentários:**

Trata-se de atribuição da polícia federal, conforme art. 144, § 1º, I, CF. Questão incorreta.



**37. (CESPE / MPE-SE - 2010) Às polícias civis competem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.**

**Comentários:**

É o que dispõe o § 4º do art. 144 da Constituição. As polícias civis tem competência para exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Questão correta.

**38. (CESPE / MPE-SE - 2010) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se aos governadores dos estados, com exceção do DF, onde a subordinação se dá em relação ao chefe de governo da União.**

**Comentários:**

O Governador do Estado ou do Distrito Federal é o chefe das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar. Questão incorreta.

**39. (CESPE / Polícia Civil – RN - 2009) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.**

**Comentários:**

Preste atenção na “pegadinha”! Reza o § 4º do art. 144 da Carta Magna que às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, **exceto** as militares. Questão incorreta.

**40. (CESPE / Polícia Civil –ES - 2011) Sendo a segurança um dever estatal, direito e responsabilidade de todos, os municípios, em momentos de instabilidade social, podem constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.**

**Comentários:**

As guardas municipais têm como função a proteção dos bens, serviços e instalações municipais. Compete às polícias militares o policiamento e a preservação da ordem pública (art. 144, § 5º, CF). Além disso, as guardas municipais podem ser constituídas pelos municípios a qualquer tempo: **não há exigência de que haja uma instabilidade social**. Questão incorreta.

**41. (CESPE / MPE-SE - 2010) Os municípios que tiverem mais de vinte mil habitantes podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.**

**Comentários:**

A Constituição não estabelece tal limitação. Todos os municípios, independentemente do número de seus habitantes, podem instituir guardas municipais. Questão incorreta.

**42. (FCC / PM – BA – 2012) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira destina-se, dentre outras atribuições:**

- a) à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública geral e à execução de atividades de defesa civil.
- b) a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) ao patrulhamento ostensivo das rodovias estaduais.
- d) ao patrulhamento ostensivo das ferrovias estaduais.
- e) às funções gerais de polícia judiciária e à apuração de infrações penais, inclusive as militares.

**Comentários:**

Letra A: errada. A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são competência das polícias militares. A execução de atividades de defesa civil compete aos corpos de bombeiros militares.

Letra B: correta. A função de **polícia judiciária da União** é da Polícia Federal.

Letra C: errada. Não é competência da Polícia Federal. O patrulhamento ostensivo das **rodovias federais** é da Polícia Rodoviária Federal. A CF/88 é omissa quanto ao patrulhamento ostensivo de rodovias estaduais.

Letra D: errada. Não é competência da Polícia Federal. O patrulhamento ostensivo das **ferrovias federais** é da Polícia Ferroviária Federal. A CF/88 é omissa quanto ao patrulhamento ostensivo de ferrovias estaduais.

Letra D: errada. A competência para exercer a função de polícia judiciária e apurar infrações penais (exceto as militares) é da polícia civil.

**43. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) Os Municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, exclusivamente.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 144, § 8º, da Constituição Federal. Questão correta.

**44. (VUNESP / TJ-SP - 2011) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.**

**Comentários:**

É essa a redação do art. 144, § 8º, da Constituição Federal. Questão correta.

**45. (FGV / ISAE - 2010) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.**

**Comentários:**

É o que dispõe o art. 144, § 8º, da Constituição Federal. Questão correta.

**46. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) Os Municípios que tiverem capacidade econômica adequada podem estruturar as guardas municipais com equipes especiais de polícia judiciária para apurar infrações penais, exceto as militares.**

**Comentários:**

A Carta Magna não faz tal ressalva. Todos os Municípios podem, facultativamente, estruturar as guardas municipais, que têm função de polícia administrativa. Questão incorreta.

**47. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) As guardas municipais têm o dever de realizar o policiamento ostensivo para preservar a ordem pública, além de proteger os bens, serviços e instalações de propriedade do Município.**

**Comentários:**

As guardas municipais não realizam policiamento ostensivo. Questão incorreta.

**48. (FGV / ISAE - 2010) Os Órgãos apresentados nas alternativas a seguir estão incluídos no art. 144 da Constituição como responsáveis pelo exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à exceção de um. Assinale-o.**

a) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

b) Polícia Ferroviária Federal.

c) Polícias Civis.

d) Forças Armadas.

e) Polícia Federal.

### **Comentários:**

São órgãos responsáveis pela segurança pública (art. 144, "caput", CF):

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Civis;
- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

As Forças Armadas não são responsáveis pela segurança pública. A letra D é o gabarito da questão.

### **49. (ESAF / AFT – 2006) Não se inclui entre as competências constitucionais da Polícia Federal:**

- a) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- b) prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária.
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d) apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas entidades descentralizadas e em cooperação.
- e) apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

### **Comentários:**

As competências constitucionais da Polícia Federal estão previstas no art. 144, § 1º, CF/88:

**I** - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

**II** - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

**III** - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

**IV** - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Dentre as alternativas, a única que não traz uma competência da Polícia Federal é a letra D. A Polícia Federal tem competência para apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas **entidades autárquicas e empresas públicas** (e não entidades descentralizadas e em cooperação!).

## LISTA DE QUESTÕES

1. **(CESPE / TJDF - 2014) Em caso de calamidade de grandes proporções na natureza, pode o presidente da República decretar, em local restrito e determinado, o estado de sítio.**
2. **(CESPE / TJDF - 2014) A decretação do estado de defesa pelo presidente da República deve ser precedida de autorização do Congresso Nacional.**
3. **(CESPE / TJDF - 2014) A impossibilidade de a CF sofrer alterações durante o estado de defesa configura uma limitação material ao poder constituinte reformador.**
4. **(CESPE / PM-CE - 2014) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa, cujo tempo de duração não será superior a trinta dias podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**
5. **(CESPE / PM-CE - 2014) Na eventualidade de decretação de estado de defesa ou de estado de sítio, competirá à mesa do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, designar comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas pertinentes.**
6. **(ESAF / ATRFB - 2012) O Estado de Sítio e o Estado de Defesa são institutos previstos no Texto Constitucional de 1988 e adotados em situações extremas. Sobre eles é, correto afirmar que:**
  - a) cabe ao governador do Estado, com a autorização da Assembleia Legislativa, decretar o Estado de Sítio no âmbito do Estado respectivo.
  - b) as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
  - c) a decretação de estado de defesa e o pedido de autorização para a decretação de estado de sítio são hipóteses previstas na Constituição Federal para a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente do Senado Federal.
  - d) na vigência de Estado de Sítio, é suspenso qualquer procedimento em processo de cassação de Deputado ou Senador.
  - e) o Estado de Defesa e o Estado de Sítio somente podem ser decretados após deliberação por maioria absoluta do Congresso Nacional.
7. **(FCC / TRT 20ª Região - 2011) No caso de comoção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode solicitar ao**

**Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio mediante prévia oitiva do:**

- a) Procurador-Geral da República.
- b) Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Defesa.
- c) Conselho Nacional de Justiça e do Congresso Nacional.
- d) Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- e) Senado Federal.

**8. (IADES / PGE-DF - 2011) Os regimes de estado de defesa e de sítio são estatuídos por Decreto do Presidente da República, do que, vinculadamente, deve observar a manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.**

**9. (IADES / PGE-DF - 2011) Observados os procedimentos constitucionais, é possível a decretação do estado de sítio com a suspensão de qualquer garantia constitucional.**

**10. (IADES / PGE-DF - 2011) A duração da decretação do estado de sítio deve ser, no máximo, de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, após a aprovação do Congresso Nacional, por até igual período.**

**11. (FCC / TRT 11ª Região - 2012) Face a comoção grave de repercussão nacional, sendo decretado o estado de sítio, Alberto, brasileiro maior e capaz e domiciliado no Estado de Roraima, resolveu se mudar para o Estado do Rio Grande do Sul, porém ao chegar no aeroporto, Otávio, agente da Polícia Federal, legalmente e no exercício de atribuições do Poder Público, proibiu a sua locomoção para outro Estado, mantendo-o contra sua vontade no Estado de Roraima. Segundo a Constituição Federal, Alberto, na vigência do estado de sítio em regra, terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado de Roraima.**

**12. (FCC / PM-BA - 2009) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**

**13. (FCC / TCE-MG - 2007) O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.**

**14. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso, havendo dispositivo constitucional expresso.**



15. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do estado de defesa, em regra, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a sessenta dias.
16. (FCC / TCE-MG - 2007) Na vigência do Estado de Defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
17. (FCC / PM-BA - 2009) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.
18. (FCC / TCE-MG - 2007) Decretado o Estado de Defesa, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.
19. (FCC / PM-BA - 2009) Na vigência do Estado de Defesa é vedada, em qualquer hipótese, restrição aos direitos de sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.
20. (FCC / TCE-MG - 2007) O sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica são direitos constitucionais que não podem sofrer restrições no Estado de Defesa.
21. (FCC / TCE-MG - 2007) Com vistas a restaurar prontamente a normalidade em local restrito e determinado, atingido por calamidade de grande proporção na natureza, é decretado estado de defesa, pelo Presidente da República, com oitiva prévia, embora contra o parecer, dos Conselhos da República e de Defesa Nacional. Ao Congresso Nacional, o decreto respectivo somente é submetido nas vinte e quatro horas subsequentes à instauração do regime de exceção. Nessa hipótese, a decretação do estado de defesa é incompatível com a Constituição da República, que não admite a instauração de estado de defesa em decorrência de comprometimento da ordem pública por calamidade natural.
22. (CESPE / TJDF - 2014) O município está constitucionalmente autorizado a criar guarda municipal para que exerça a função de polícia judiciária em assuntos de interesse local.
23. (CESPE / TJDF - 2014) O estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo às praças prestadoras de serviço militar inicial está em consonância com o texto constitucional.
24. (CESPE / Polícia Federal - 2014) Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.

- 25. (CESPE / Polícia Federal – 2014) A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.**
- 26. (CESPE / CBM – CE – 2014) A defesa das instituições democráticas é exercida por meio da segurança pública, da qual os corpos de bombeiros militares são órgãos integrantes.**
- 27. (CESPE / SEGESP – AL – 2013) As polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabendo-lhes a incumbência de exercer genericamente as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais e militares, além de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.**
- 28. (CESPE / MPE-SE - 2010) A segurança pública é dever da União e tem como objetivo fundamental a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.**
- 29. (IESES / TJ-MA - 2008) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais.**
- 30. (CESPE / Polícia Civil-ES - 2009) Os estados devem seguir o modelo federal de organização da segurança pública, atendo-se aos órgãos que, segundo a CF, são incumbidos da preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio.**
- 31. (CESPE / MPE-AM - 2007) A Constituição estadual pode dar interpretação ampliativa ao conceito de segurança pública dado pela CF a fim de incluir, entre os órgãos encarregados dessa atividade, a chamada polícia penitenciária, a cargo da qual deve estar a vigilância dos estabelecimentos penais.**
- 32. (CESPE / Polícia Civil – RN - 2009) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, estaduais e municipais.**
- 33. (CESPE / Agente da Polícia Federal - 2009) A Polícia Federal tem competência constitucional para prevenir e reprimir, com exclusividade, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.**
- 34. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Caso seja praticado crime de estelionato contra instituição privada que integra o SUS, a instauração do inquérito policial é atribuição constitucionalmente prevista para a Polícia Federal.**

**35. (FGV/2010/ISAE) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.**

**36. (Instituto Movens / Polícia Civil – PA - 2009) As polícias civis possuem atribuição concorrente para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais.**

**37. (CESPE / MPE-SE - 2010) Às polícias civis competem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.**

**38. (CESPE / MPE-SE - 2010) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se aos governadores dos estados, com exceção do DF, onde a subordinação se dá em relação ao chefe de governo da União.**

**39. (CESPE / Polícia Civil – RN - 2009) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.**

**40. (CESPE / Polícia Civil –ES - 2011) Sendo a segurança um dever estatal, direito e responsabilidade de todos, os municípios, em momentos de instabilidade social, podem constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.**

**41. (CESPE / MPE-SE - 2010) Os municípios que tiverem mais de vinte mil habitantes podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.**

**42. (FCC / PM – BA – 2012) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira destina-se, dentre outras atribuições:**

- a) à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública geral e à execução de atividades de defesa civil.
- b) a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) ao patrulhamento ostensivo das rodovias estaduais.
- d) ao patrulhamento ostensivo das ferrovias estaduais.
- e) às funções gerais de polícia judiciária e à apuração de infrações penais, inclusive as militares.

**43. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) Os Municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, exclusivamente.**

**44. (VUNESP / TJ-SP - 2011) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.**

**45. (FGV / ISAE - 2010) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.**

**46. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) Os Municípios que tiverem capacidade econômica adequada podem estruturar as guardas municipais com equipes especiais de polícia judiciária para apurar infrações penais, exceto as militares.**

**47. (FCC / Prefeitura de Teresina - 2010) As guardas municipais têm o dever de realizar o policiamento ostensivo para preservar a ordem pública, além de proteger os bens, serviços e instalações de propriedade do Município.**

**48. (FGV / ISAE - 2010) Os Órgãos apresentados nas alternativas a seguir estão incluídos no art. 144 da Constituição como responsáveis pelo exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à exceção de um. Assinale-o.**

- a) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.
- b) Polícia Ferroviária Federal.
- c) Polícias Cíveis.
- d) Forças Armadas.
- e) Polícia Federal.

**49. (ESAF / AFT - 2006) Não se inclui entre as competências constitucionais da Polícia Federal:**

- a) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- b) prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária.
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d) apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas entidades descentralizadas e em cooperação.
- e) apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija

repressão uniforme.



|            |           |
|------------|-----------|
| <b>1.</b>  | INCORRETA |
| <b>2.</b>  | INCORRETA |
| <b>3.</b>  | INCORRETA |
| <b>4.</b>  | CORRETA   |
| <b>5.</b>  | INCORRETA |
| <b>6.</b>  | Letra C   |
| <b>7.</b>  | Letra D   |
| <b>8.</b>  | INCORRETA |
| <b>9.</b>  | CORRETA   |
| <b>10.</b> | INCORRETA |
| <b>11.</b> | CORRETA   |
| <b>12.</b> | CORRETA   |
| <b>13.</b> | CORRETA   |
| <b>14.</b> | INCORRETA |
| <b>15.</b> | INCORRETA |
| <b>16.</b> | CORRETA   |
| <b>17.</b> | INCORRETA |
| <b>18.</b> | INCORRETA |
| <b>19.</b> | INCORRETA |
| <b>20.</b> | INCORRETA |
| <b>21.</b> | INCORRETA |
| <b>22.</b> | INCORRETA |
| <b>23.</b> | CORRETA   |
| <b>24.</b> | CORRETA   |
| <b>25.</b> | INCORRETA |
| <b>26.</b> | CORRETA   |
| <b>27.</b> | INCORRETA |
| <b>28.</b> | INCORRETA |
| <b>29.</b> | INCORRETA |
| <b>30.</b> | CORRETA   |
| <b>31.</b> | INCORRETA |
| <b>32.</b> | INCORRETA |
| <b>33.</b> | INCORRETA |
| <b>34.</b> | INCORRETA |
| <b>35.</b> | CORRETA   |

|            |           |
|------------|-----------|
| <b>36.</b> | INCORRETA |
| <b>37.</b> | CORRETA   |
| <b>38.</b> | INCORRETA |
| <b>39.</b> | INCORRETA |
| <b>40.</b> | INCORRETA |
| <b>41.</b> | INCORRETA |
| <b>42.</b> | Letra B   |
| <b>43.</b> | CORRETA   |
| <b>44.</b> | CORRETA   |
| <b>45.</b> | CORRETA   |
| <b>46.</b> | INCORRETA |
| <b>47.</b> | INCORRETA |
| <b>48.</b> | Letra D   |
| <b>49.</b> | Letra D   |